

ANO XXIV N. 95 10/6/2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[Portaria GP n. 172, 26 de maio de 2026](#)

Designa os membros da Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital (CRJIID) do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, para o biênio 2026/2027.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 9/6/2026, p. 1-2)

[Resolução GP n. 427, 26 de maio de 2026](#)

Altera a Resolução GP n. 417, de 19 de março de 2026, que institui a Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital (CRJIID) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 9/6/2026, p. 2-3)

[Resolução GP n. 422, 13 de maio de 2026](#)

Altera a Resolução GP n. 332, de 15 de maio de 2024, que institui o Subcomitê do SIGEP-JT no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 9/6/2026, p. 4-5)

[Ato Regimental n. 47, de 27 de maio de 2026*](#)

Altera o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 9/6/2026, p. 5) *Retificação

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Ato CSJT-GP-SG-CDOCM n. 61, de 3 de junho 2026](#)

Designa os integrantes do Comitê Nacional de Gestão Documental e Memória (CNGDM), instituído pela Resolução CSJT n. 322, de 11 de fevereiro de 2022.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 9/6/2026, p. 5)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Instrução Normativa Presidência n. 117, de 19 de maio de 2026](#)

Dispõe sobre a criação de Comissões, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

(DJe/CNJ 10/6/2026, p. 2-3)

[Portaria Secretaria-Geral n. 45, de 2 de junho de 2026](#)

Dispõe sobre o horário de expediente, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo.

(DJe/CNJ 10/6/2026, p. 3)

[Portaria Secretaria-Geral n. 46, de 8 de junho de 2026](#)

Suspende os prazos processuais no período de 2 a 31 de julho de 2026, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

(DJe/CNJ 10/6/2026, p. 3-4)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[Decreto n. 13.012, de 9 de junho de 2026](#)

Regulamenta a Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, para estabelecer as regras e os procedimentos relativos à autorização, ao controle e à fiscalização dos serviços de segurança privada e da segurança das instituições financeiras.

(DOU 10/6/2026, Seção 1, p. 26-32)

[Portaria Normativa AGU n. 225, de 9 de junho de 2026](#)

Dispõe sobre a comunicação de cessão de precatórios à União ou a suas autarquias ou fundações públicas, quando estas forem o ente devedor, por meio de petição protocolizada na Advocacia-Geral da União, em face do que determina o art. 100, § 14, da Constituição.

(DOU 10/6/2026, Seção 1, p. 32)